



**TRE  
PARANÁ**

**CONTRATO nº ...../2020**

**PAD nº  
16277/2019**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
TERCEIRIZADOS, que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ e a empresa  
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela nº Lei 10.520/02 e Lei 8.666, de 21.06.93, suas alterações e legislações pertinentes, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, e em o conformidade com Pregão Eletrônico nº. .... /2020, e a proposta vencedora;

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Bairro: Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ/MF sob o nº .....**, com sede na ....., nº ....., bairro, Cidade/UF, CEP: ....., telefone: (....) ...../....., e-mail: [.....@.....](mailto:.....@.....), neste ato representada por ....., com CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada para realizar serviços técnicos, especializados e continuados na área de produção, edição e tratamento de foto, áudio e vídeo mediante alocação e gestão de **01(um) posto trabalho de Tecnólogo em Produção Audiovisual**, conforme especificações descritas neste Contrato.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência - anexo I, e demais anexos do Edital que, independentemente de transcrição, fazem

parte integrante e complementar deste contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **2.1 - Do quantitativo de postos de trabalho e duração da contratação:**

**Item 1 - Tecnólogo em Produção Audiovisual CBO 2621-35**, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, de segunda a sexta-feira:

a) Quantitativo: 1 (um) posto de trabalho.

b) Vigência: 30 (trinta) meses.

**2.2 - Do perfil e requisitos necessários do profissional.** Para a prestação de serviço, objeto da presente contratação, é necessário que o profissional alocado possua as seguintes competências e qualificação técnica:

a) idade mínima: 18 anos;

b) curso de nível médio completo;

c) domínio de operação das câmeras Nikon D7000 e Canon 5D Mark IV ou superiores e de filmadoras Panasonic HC-X1000 e Panasonic AG-AC30;

d) domínio dos softwares Adobe AfterEffects, Adobe Premiere, Adobe Photoshop, Adobe Illustrator, Adobe Audition, Adobe InDesign e familiaridade com os outros softwares do Pacote Adobe;

e) domínio de operações e gravações de áudio em setup mixer+Workstation, sonorização ambiente, operação e instalação de projetores multimídia, fotografia e filmagem em câmeras profissionais e iluminação básica;

f) operação de equipamento de streaming Tricaster Mini HD-4sdi Advanced;

g) familiaridade com softwares Microsoft Word e Excel;

h) não ser filiado a partido político;

i) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento e de membros e juízes vinculados a Justiça Eleitoral do Paraná.

### **2.3 - Das atribuições do profissional:**

a) captação e edição de foto, áudio e vídeo, com pré e pós produção;

b) operação e tratamento de equipamentos de foto, áudio e vídeo;

c) produção e criação de vinhetas e spots;

d) suporte e cobertura fotográfica e audiovisual de eventos realizados pelo TRE/PR;

e) produção e edição de vídeos institucionais, para campanhas para rádio e televisão e também para as diversas mídias sociais;

- f) catalogação e arquivamento de imagens digitais;
- g) montagem, instalação, operacionalização de equipamentos de foto, áudio e vídeo.
- h) entre outras atividades, sempre sob a Coordenação da Comunicação Social.

## **2.4 - Do local, horário e equipamentos referentes à prestação de serviços.**

**2.4.1** - Os serviços deverão ser realizados nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, na Coordenadoria de Comunicação Social, no horário compreendido entre as 13 e 19 horas, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis.

**2.4.2** - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná fornecerá as instalações (espaço físico, mesas, cadeiras, rede elétrica). Os softwares, computador e quaisquer equipamentos serão fornecidos pelo TRE-PR para a execução dos serviços. O profissional indicado pela empresa contratado será responsável por zelar pelos equipamentos cedidos pelo contratante.

**2.4.3** - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não se responsabilizará pelos equipamentos que poderão ser disponibilizados pela contratada, caso ocorra, para a execução dos serviços.

**2.5 - Do início da prestação dos serviços:** O início da prestação dos serviços será de até 30 (trinta) dias, após a data de assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

**3.1** - Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos servidores designados para fiscalizar a execução do contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita do fiscal.

**3.2** - Retirar, no prazo determinado pelo TRE, quando solicitado, o empregado se porventura apresentar conduta considerada inconveniente/inadequada ao desempenho dos serviços e substituí-lo, independente de justificativa do Contratante.

**3.3** - Providenciar que o profissional alocado no posto de trabalho usufrua as férias no período indicado pelo Tribunal, que preferencialmente será entre os dias 20 de dezembro a 17 de janeiro do ano seguinte.

**3.4** - Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seu empregado ao patrimônio da Administração.

**3.5** - Responder por todas as despesas como impostos, taxas, seguros, verbas trabalhistas, bem como outras que recaiam sobre o objeto contratado.

**3.6** - Orientar seu empregado quanto ao cumprimento das diretrizes de sustentabilidade adotados pelo TRE, tais como consumo racional de água e energia elétrica, uso preferencial de copos de vidros e xícaras de louça, em vez de descartáveis e separação do lixo gerado, nos moldes adotados pelo TRE.

**3.7** - Orientar o funcionário quanto ao uso obrigatório de crachá e o correto registro de cartão ponto.

**3.8** - Conforme disposto no art. 17, inc. XVII, da Resolução TSE n. 23.234/2010, a CONTRATADA autoriza o TRE/PR a fazer o desconto no documento fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e o pagamento direto ao trabalhador, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**3.9** - Orientar o funcionário a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PR ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.

**3.10** - Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**3.11** - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**3.12** - Providenciar os mecanismos necessários para que, nos termos da legislação trabalhista, CLT, alterada pela Lei 13.467/2017, seja possível instituir o regime de compensação de jornada, desde que a compensação ocorra no mesmo mês, mediante acordo individual tácito ou escrito.

**3.13** - As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** - A despesa com o presente instrumento correrá pelo

Programa de Trabalho 02122003320GP0041;

Nota de Empenho: 2020NE....., emitida em ...../...../2020;

Elemento de despesa: 33.90.37.01;

Categoria Econômica: Custeio;

Siasg: 25631.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - A contratação vigorará pelo período de 30 (trinta) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindida antecipadamente a critério da Administração.

**5.1.1** - O início da prestação dos serviços está previsto para iniciar em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS**

**6.1** - O valor correspondente ao custo da remuneração da mão-de-obra, utilizada na

execução do serviço, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre o serviço contratado, será repactuado após o decurso de um ano a contar da data da Convenção Coletiva de Trabalho a que a proposta se referir.

**6.1.1** - A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho que ensejará a repactuação, bem como a pertinente planilha de custos atualizada.

**6.1.2** - O valor correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato serão reajustados juntamente com a primeira repactuação da mão-de-obra, proporcionalmente aos meses decorridos da data limite para a apresentação da proposta, tendo com índice o IPCA. Os reajustes subsequentes observarão o decurso de 12 (doze) meses do anterior.

**6.1.3** - As repactuações pendentes e que não forem solicitadas pela CONTRATADA durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do mesmo.

**6.2** - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidenciem a majoração dos custos de fornecimento, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

**6.2.1** - A revisão, se deferida pelo Contratante, será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela Contratada.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**7.1** - O Contratante pagará à Contratada o valor total estimado de **R\$ .....** (.....), conforme planilha detalhada de custos e de acordo com o abaixo especificado.

<b>Descrição</b>	<b>Qtd postos</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor unitário mensal</b>	<b>Valor total da contratação</b>
<b>Tecnólogo em Produção Audiovisual</b> (CBO 2621-35) - 30 (trinta) horas semanais.	1	30 meses	R\$ .....	R\$ .....

### **7.2 - Dos custos estimativos:**

**7.2.1** - Fica estimado o valor de **R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para cobertura de horas extras** para atender situações eventuais, serviços especiais ou contingências do serviço, **bem como para vale alimentação e vale transporte** decorrentes da prestação de adicionais de serviços nos sábados, domingos e feriados, que possam vir a ser necessárias, durante a vigência contratual.

**7.2.2** - A realização de horas extras será autorizada em casos excepcionais, uma vez

que será dada prioridade para utilização de banco de horas, conforme regulamentado em Convenção Coletiva.

### **7.3 - Do documento fiscal:**

**7.3.1** - O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao **fiscal** do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº. 224, 1º. andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná.

**7.3.1.1** - O documento fiscal deverá atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos quantitativos de postos, dos valores mensais e totais, e
- Número do contrato.

**7.3.1.2** - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**7.3.1.3** - Caso a contratada não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa contratada. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os requisitos previstos no item 7.3.1.1.

**7.3.1.4** - O documento fiscal deve conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

**7.3.1.4.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.1.5** - O período para faturamento deverá ser mensal.

**7.3.1.6** - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*), **na proporção de 1/30 do valor mensal**. Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

**7.3.1.7** - A emissão do documento fiscal/recibo deverá ocorrer no mês subsequente

ao que faz referência.

**7.3.2** - Como condição para efetivação de seu pagamento, as Notas Fiscais deverão ser acompanhadas obrigatoriamente de:

a) Controle de jornada (folha-ponto ou análogo) bem como comprovantes da quitação das obrigações trabalhistas do mês vencido (equivalente ao mês de referência/competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida), especialmente de pagamento (holerite) do salário do empregado que trabalhar na execução dos serviços, através de estabelecimento bancário em conta salário, e da entrega dos vales-transportes e auxílio-alimentação;

b) **Conforme cronograma de implantação do sistema eSocial**, de acordo com o enquadramento da empresa no grupo 02 ou 03 - fonte: <http://portal.esocial.gov.br/noticias/publicado-novo-cronograma-do-esocial>, a contratada deverá encaminhar os seguintes comprovantes aos gestores/fiscais do contrato:

I - Eventos Totalizadores do eSocial (substitui a relação dos trabalhadores na SEFIP):

- a. S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador;
- b. S-5003 - Informações do FGTS por trabalhador;
- c. S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte;
- d. S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte.

II - GRFGTS - Guia de Recolhimento do FGTS na vigência do eSocial (substitui a GRF).

III - DARF - Documento de Arrecadação da Receita Federal gerado no DCTFWeb (substitui a GPS).

a) **GEFIP/SEFIP ou DOCUMENTOS DO ESOCIAL acima relacionados (se já exigível em razão do enquadramento da empresa)**, comprovando regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tributos Federais relação nominal dos profissionais alocados para a prestação dos serviços e quantificação dos dias trabalhados;

b) Guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas;

c) Cópia das notas fiscais das despesas efetuadas pelos empregados para pagamento do reembolso com despesas de ajuda de custo;

d) Entre outras comprovações de pagamento de obrigações trabalhistas previstas na planilha de custos, no edital e neste contrato.

**7.3.2.1** - Conforme disposto no art. 65, incisos I, **II e § único** da IN 05, de 26 de maio de 2017 do MPDG, a CONTRATADA fica ciente de que o TRE/PR deverá reter:

“I - a garantia contratual, conforme art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

II - os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do **caput**, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente ao empregado da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.”

**7.3.2.2** - Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução desta contratação, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes mencionados acima deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela CONTRATADA, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**7.3.2.3** - Deverá a fatura ser acompanhada dos comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias e/ou do CAGED, em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregado no curso deste contrato.

**7.3.3** - Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá apresentar Nota Fiscal Complementar sem a necessidade dos documentos acima listados, cuja liquidação e pagamento ocorrerá desde que mantida a regularidade fiscal.

**7.3.3.1** - Integra a execução do contrato e é condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a correta apresentação de todos os documentos listados na cláusula 7.3.2.

**7.3.3.2** - Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes de que trata a cláusula 7.3.2, deverão ser comprovados os pagamentos, ao empregado, das verbas rescisórias ou demonstrado que o empregado foi realocado, pela CONTRATADA, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**7.3.3.3** - As comprovações de que trata a cláusula 7.3.2 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.



#### **7.4 - Das condições do pagamento:**

**7.4.1** - O pagamento será efetuado mensalmente, após o atestado pelo **gestor** do contrato, designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.4.2** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia do mês seguinte a prestação dos serviços.**

**7.4.3** - Prazo para **atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo **fiscal do contrato**, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.4.3.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do **fiscal** da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.4.4** - Prazo para **pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.4.5** - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.6** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item **7.3.1.3**.

**7.4.6.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.4.7** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**7.4.8** - Na ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**7.4.9** - A contratada autoriza o Tribunal a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e **pagamento direto aos trabalhadores**, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos do artigo 17 inciso XVII da RES. 23.234/2010-TSE.

## **7.5 - Da regularidade fiscal:**

**7.5.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.5.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.5.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas no edital, neste Contrato e/ou anexo(s).

**7.5.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.5.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **8.1 - Da substituição tributária:**

**8.1.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

## **8.2 - Dos tributos federais:**

**8.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**8.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**8.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - Anexo IV.

## **8.3 - Da retenção previdenciária:**

**8.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

## **8.4 - Da retenção do ISS:**

**8.4.1** - Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

**8.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**8.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

## **CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei 8.666/93)**

**9.1** - Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, **em até 15 (quinze) dias úteis**, após a assinatura deste contrato, garantia contratual sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no valor de **R\$ .....** (.....), com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, em conformidade com o art. 56, §2º da Lei nº 8666/93, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

**9.1.1** - O Seguro garantia ou fiança bancária deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

**9.1.2** - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

**9.1.3** - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL, VERBAS TRABALHISTAS e PREVIDENCIÁRIAS**, sendo que, deverão estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

**9.1.4** - As garantias estabelecidas no item 9.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de 03 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**9.1.4.1** - A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação pela Contratada da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto.

**9.2** - A liberação será feita pelo GESTOR DO CONTRATO em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

**9.3** - No caso do contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescentar a garantia, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, após solicitação pela Seção de Contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO**

**10.1** - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

**10.2** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**10.3** - Caberá ao fiscal:

- a) Acompanhar a contratação de acordo com as cláusulas descritas neste Termo,

determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados;

b) Ordenar a imediata retirada do local bem como a substituição do empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, ou ainda embaraçar ou dificultar a fiscalização e cuja permanência no local, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

c) Oficiar à contratada, por e-mail, a necessidade de solucionar problemas, defeitos ou irregularidades encontrados na execução do objeto e fixar prazo para cumprimento;

d) A persistirem as irregularidades, comunicar o gestor a necessidade de abertura de processo administrativo.

e) Receber e atestar, provisoriamente, o documento fiscal referente a contratação, encaminhando-o, em PAD respectivo, ao gestor, para atestar definitivamente.

#### **10.4 Caberá ao gestor:**

a) Receber e atestar, definitivamente, o documento fiscal referente a contratação, encaminhando-o ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE, para pagamento.

b) Oficiar a contratada, a partir da comunicação do fiscal, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas;

c) A persistirem as irregularidades, abrir processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), e encaminhá-lo para apreciação superior, devidamente instruído com todas as informações pertinentes em formulário específico, bem como anexar cópia do e-mail encaminhado pelo fiscal, com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada;

d) Iniciar os procedimentos necessários à prorrogação do contrato, de acordo com a Lei 8.666/93;

e) Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da Contratada relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros ou outros;

f) Realizar adequações ao objeto contratual eventualmente necessárias.

g) Informar à CONTRATADA, bem como à Secretaria de Administração, quando houver interesse ou necessidade em se proceder à rescisão do contrato;

h) examinar a carteira profissional do empregado que está prestando o serviço a fim de comprovar o registro de função profissional;

- i) exigir da CONTRATADA, a qualquer momento, subsídios para averiguar se as obrigações e benefícios garantidos ao seu empregado está sendo cumprido dentro dos prazos estabelecidos pela legislação;

**10.5** - A existência desse acompanhamento não exige a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

<b>TIPO</b>	<b>Inadimplemento/Descrição</b>	<b>Sanção</b>	<b>Base de Cálculo</b>
Leve	Irregularidade das Certidões Tributárias (INSS, União e FGTS), conferidas mensalmente para o pagamento.	Advertência	NÃO HÁ
Leve	Deixar de cumprir qualquer das responsabilidades da contratada	Advertência	NÃO HÁ
Médio	Não regularizar o cumprimento das responsabilidades da contratada	Multa de 1% ao dia	Valor TOTAL do Contrato
Médio	Atraso de até 5 (cinco) dias para a reposição do posto de trabalho vago por qualquer motivo	Multa de 1% ao dia	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Atraso na apresentação da garantia contratual	Multa de 5%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas.	Multa de 10%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Incidência recorrente em falhas nas obrigações da contratada.	Multa de 10%	Valor TOTAL do Contrato
Grave	Atraso de até 10 (dez) dias no	Multa de	Valor TOTAL do

	início da prestação dos serviços	15%	Contrato
Grave	Atraso superior a 5 (cinco) dias para a reposição do posto de trabalho vago por qualquer motivo	Multa de 15%, podendo ser cumulada com Impedimento de licitar e contratar	Valor TOTAL do Contrato
Gravíssimo	Não apresentação da garantia contratual	Impedimento de licitar e contratar, podendo ser cumulada com a multa de 20%	Valor TOTAL do Contrato
Gravíssimo	Não observância de normas relativas à segurança das informações relacionadas com o serviço eleitoral	Impedimento de licitar e contratar, podendo ser cumulada com a multa de 20%	Valor TOTAL do Contrato
Gravíssimo	Indisponibilizar ou retardar o serviço em decorrência de falha na execução do objeto.	Impedimento de licitar e contratar, podendo ser cumulada com a multa de 20%	Valor TOTAL do Contrato
Gravíssimo	Atraso no início da execução dos serviços, superior a 10 dias	Impedimento de licitar e contratar, podendo ser cumulada com a multa de 20%	Valor TOTAL do Contrato
Gravíssimo	Não regularização das obrigações da contratadas no prazo de até 15 dias	Impedimento de licitar e contratar, podendo ser cumulada com a multa de 20%	Valor TOTAL do Contrato
Gravíssimo	Inadimplemento total do contrato ou pela cessação na prestação dos serviços	Impedimento de licitar e contratar, podendo ser cumulada com a multa de 30%	Valor TOTAL do Contrato

**11.2** - São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidade, conforme o impacto na execução contratual, que são classificadas nos seguintes níveis:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssima: inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato,

desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade.

**11.2.1** - A Irregularidade perante as certidões obrigatórias (FGTS, INSS e Fazenda Federal) será, inicialmente, considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, caso não regularizada, ensejar infração GRAVÍSSIMA, implicando rescisão unilateral do contrato.

**11.3** - Caso haja rescisão por culpa da CONTRATADA, poderá ser aplicado impedimento de licitar e contratar, cumulado com multa de 20% sobre o valor total do contrato.

**11.4** - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**11.5** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

**11.6** - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**12.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**12.1.1** - Deverão ser observadas as disposições da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores, que tratam do impedimento por parte deste Tribunal de manter, aditar, ou prorrogar contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que tenham determinadas relações de parentesco com membros deste Tribunal.

---

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, ..... de ..... de 2020.

.....

Representante Legal  
p/ CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**

Diretor-Geral - TRE/PR  
p/ CONTRATANTE